



Folha nº. 20
DP4 - Curitiba S.A.
Rubrica:.....

PROTOCOLO 42-000014/2021

PARECER Nº. 016/2021-DP-4

**INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO
- ANUIDADE CREA -
OBRIGATORIEDADE
REGISTRO - VIABILIDADE
JURÍDICA.**

Mediante o presente, a Gerência Financeira Administrativa e de Pessoal da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba – Curitiba S.A., solicita parecer jurídico acerca da possibilidade de inexigibilidade de licitação para pagamento de anuidade relativa ao Conselho Regional de Engenharia - CREA, referente ao registro da Companhia para fins de cumprimento das atividades relacionadas a regularização fundiária, avaliações imobiliárias e outras atividades pertinentes e de controle da referida entidade.

Remetido o presente processo a esta Supervisão, e de posse de toda a documentação que o instrui, verificou-se que não há quaisquer impedimentos jurídicos para que ocorra a contratação direta do objeto descrito no projeto básico (fl. 01/05).

Com fundamento no inciso II, c/c o seu parágrafo único, no caso concreto, ora apresentado, juridicamente deverá ser inexigível a licitação para a contratação dos serviços descritos no projeto básico, conforme norma contida no caput do artigo 25 da Lei de Licitações (Lei nº. 8.666/1993).

Isto porque, o objeto da presente não se enquadra em nenhuma das hipóteses de dispensa de licitação, previstas no art. 24 da Lei 8666/1993.

Da mesma forma, a inexigibilidade da licitação se aplica quando a competição se torna completamente inviável. É o que ocorre no caso em tela, já que tal atribuição é dirigida ao CREA, que possa se submeter às regras gerais de concorrência, vez que, de fato e de direito, há a obrigatoriedade de tal registro e o pagamento da anuidade como estatuído.

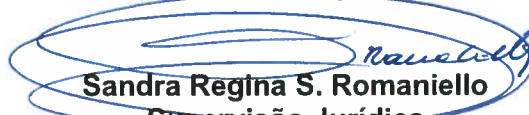
De outro viés, analisando o processo em comento quanto a sua adequação formal frente às disposições internas contidas na Instrução Normativa nº. 02/2010, que estabeleceu os procedimentos das fases preparatórias de licitação, dispensas e inexigibilidade, as quais foram integralmente observadas, visto a manifestação da Gerência Financeira atestando possuir recursos financeiros para arcar com a despesa em tela (fls.18), bem como a autorização da Diretoria Executiva (fls.14), estando o procedimento de inexigibilidade regularmente instruído.



Folha nº. 21.....
DP4 - Curitiba S.A.
Rubrica:.....

Nestas condições, ressaltada a viabilidade jurídica da inexigibilidade da licitação, remetemos o presente à Diretoria Executiva que, nos termos de sua competência estatutária e normativa, e mediante conveniência e oportunidade, irá deliberar acerca do pedido inicial.

Curitiba, 02 de março de 2021.


Sandra Regina S. Romaniello
Supervisão Jurídica
OAB-PR 18.190